

CANTO DE CORAGEM

Resumo da tese rumo ao 60º Congresso da União Nacional dos Estudantes.

Quem somos?

Somos estudantes de todos os cantos do Brasil, estamos nas universidades públicas, privadas e comunitárias e carregamos o sonho de mudar as nossas vidas e o nosso país através da educação. Não nos conformamos com a desigualdade das oportunidades e as injustiças que limitam o futuro de muitos de nós e que impedem o nosso país de alcançar seu potencial, garantindo a felicidade ao nosso povo. Defendemos que a oferta de educação de qualidade para todos é o primeiro passo para que o Brasil se realize plenamente enquanto nação desenvolvida e soberana. Nossa luta é por uma universidade orientada pelo desenvolvimento pleno do ensino, pesquisa e extensão; com amplas políticas de permanência, regulamentada a parâmetros de qualidade; diversa e livre de opressões. É para construir essa universidade que te convidamos! **Acesse a tese completa em: ujs.org.br/cantodecoragem**

A unidade é a bandeira da esperança: reconstruir o Brasil e isolar a extrema direita

Vivemos um momento crítico da história mundial. A ascensão da extrema-direita em diversas partes do mundo, com vitórias eleitorais ou crescimento expressivo de influência política, tem se dado sobre um terreno de uma grave sistêmica crise do Capitalismo, insegurança social, colapso ambiental e desconfiança nas instituições democráticas. O neofascismo se apresenta como antissistema, mas é, na prática, um projeto brutal de destruição dos direitos civilizatórios, acumulação de lucros, e precarização das condições de vida dos trabalhadores. Nos Estados Unidos, o retorno de Trump à presidência é um impulso para a reoxigenação global desse projeto reacionário que repercute diretamente na América Latina.

No Brasil esse processo assume características próprias. A extrema-direita brasileira é alimentada por tradições autoritárias enraizadas em nossa história, como o racismo estrutural, o militarismo, a negação da política e a glorificação da violência. Foi sobre essa base que se articulou um bloco perigoso entre setores das Forças Armadas, do fundamentalismo religioso, do agronegócio predatório, do garimpo ilegal e de empresários ligados a esquemas criminosos e redes de desinformação. A lógica do bolsonarismo não se limita ao antipetismo, trata-se de um projeto antidemocrático, sanguinário e de desmonte nacional.

Mesmo com a derrota eleitoral do Bolsonaro em 2022, a extrema-direita não foi derrotada socialmente. Nesse cenário, é imperativo construir maioria social através da luta de ideias e apresentação de um projeto programático de país que reconquiste a população, dispute a política econômica, o papel do Estado e o que se entende por desenvolvimento.

É nesse contexto que UNE tem um papel decisivo. Nascida da luta contra o nazifascismo em 1937, carrega, além da posição como maior organização da juventude brasileira, um legado histórico nas lutas democráticas, tendo, ao longo de seus quase 90 anos, provado seu potencial de organizar, formar e mobilizar amplos setores. O Plebiscito Popular que propomos, junto à dezenas de movimentos sociais, é instrumento para travar essa batalha e apresentar à população um horizonte de mudança sobre a taxação dos super-ricos, a isenção de imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais, a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. É essa agenda que a UNE precisa liderar no próximo período.

O movimento estudantil unificado para colocar a educação no centro do projeto nacional

sonho de romper barreiras socioeconômicas ao empenhar um diploma universitário está ameaçada com o avanço do desemprego e da precarização. Os índices de evasão indicam que 60% dos matriculados no ensino superior estão deixando as salas de aula, percentual que chega a 78% nas

licenciaturas. O avanço desregulado do ensino à distância já responde por mais da metade das matrículas e tem derrubado a qualidade da formação. Os grupos privados, inclusive estrangeiros, que concentram mais de 80% das matrículas, lucram com a educação como negócio, numa lógica de completa mercantilização.

É urgente apresentar uma nova agenda estratégica para o ensino superior, capaz de articular o presente com o futuro. A UNE deve liderar esse reposicionamento da universidade no centro de um projeto de desenvolvimento nacional que conecte currículo, ciência, trabalho, cultura, soberania e justiça social. Para isso, defendemos a efetivação de uma reforma universitária viva que dialogue com as lutas concretas: orçamento adequado, assistência estudantil, fim do vestibular excludente, tarifa zero, estágios obrigatórios remunerados, regulamentação do ensino privado, financiamento estratégico da ciência e proibição de capital estrangeiro no setor.

O novo Plano Nacional de Educação em rediscussão terá avançado menos de 10% em relação às metas do plano anterior. Precisamos disputar esse debate com uma proposta robusta, baseada no investimento público, na valorização das licenciaturas, na reversão das políticas de sucateamento e na integração da universidade a um projeto de reindustrialização nacional. Hoje, o Brasil forma cada vez menos engenheiros, menos pesquisadores, menos professores, o que impacta diretamente a soberania do país.

Para efetivar esse projeto é preciso garantir financiamento público adequado. O Fundo Social do Pré-Sal é parte decisiva disso, mas nos governos Temer e Bolsonaro foi desfigurado. A Emenda Constitucional 109/2021 permitiu o uso do fundo para amortizar a dívida pública, entre 2021 e 2022, R\$ 64 bilhões foram desviados para esse fim, quase o mesmo que a educação recebeu ao longo de dez anos.

Esse desmonte não é episódico, ele está inserido em um processo mais amplo de institucionalização da austeridade. Teve início com a pressão do mercado financeiro sobre o Governo Dilma que se expressou com Joaquim Levy à frente da Fazenda, se radicalizou com o teto de gastos de Temer, as reformas trabalhista e previdenciária e hoje se expressa na meta de Déficit zero do Arcabouço fiscal. Precisamos enfrentar o consenso neoliberal que impõe a contenção permanente dos investimentos públicos e restringe drasticamente a capacidade de ação do Estado, e reduz a política econômica a um exercício de subordinação ao mercado financeiro.

Com a vitória de Lula e a abertura de um novo ciclo político no país, estivemos, e seguimos, ao lado do campo democrático na reconstrução do Brasil. Nesse ciclo, o movimento estudantil arrancou conquistas fundamentais nos últimos dois anos, concretizando como vitórias propostas debatidas no último Congresso da UNE: a renovação da Lei de Cotas, a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, a retomada de obras nas universidades federais, a recomposição orçamentária e a sanção do novo marco do ensino a distância. Esses avanços são fruto de muita mobilização, enfrentamento político e capacidade de incidir sobre o governo que ajudamos a eleger. Mas precisamos ir além.

A UNE, que atravessou as grandes encruzilhadas da história brasileira, mostrando-se sempre maior que qualquer conjuntura, tem autoridade política e responsabilidade histórica para cumprir esse papel. Cabe a nós, que herdamos essa tradição, garantir que a UNE siga sendo essa vanguarda não apenas da resistência, mas da formulação de um novo projeto de país. Um projeto que recoloca o povo no centro do poder e a educação no centro do desenvolvimento.